



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata da 20ª. Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo

MINUTA

1. Apresentação

Este documento reúne as questões discutidas e decisões tomadas no âmbito da 20ª Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, realizada em 19 de dezembro de 2006, no MCT, em Brasília, DF, com início às 10 horas e término às 14 horas e 30 minutos, e que tratou da seguinte pauta: 1) Apresentação de informações básicas sobre a execução do CT-FVA em 2006; 2) Apresentação do relatório técnico sobre o estudo de avaliação dos Parques Tecnológicos financiados pela FINEP com recursos dos fundos setoriais; 3) Apresentação do resultado da avaliação realizada pelo CGEE sobre a participação de empresas em projetos financiados com recursos do CT-FVA; 4) Apresentação dos resultados da PINTEC 2005; e, 5) Relato da reunião do sub-grupo que discutiu propostas e estratégias voltadas para estimular a fixação de pesquisadores nas empresas (sub-grupo instituído na última reunião do Comitê Gestor).

2. Participantes

Membros Titulares e Substitutos Presentes:

Luís Manuel Rebelo Fernandes - Secretário Executivo do MCT - Presidente (Titular);
Fernando Cosme Rizzo Assunção - representante da comunidade científica (Titular);
João Eduardo de Moraes Pinto Furtado - representante do BNDES (Titular);
José Roberto Drugowich - representante do CNPq (Substituto);
José Ricardo Roriz Coelho – representante do Setor Produtivo (Titular)
Carlos Aragão - representante da FINEP - (Substituto);

Titulares ausentes (ausências justificadas):

Alessandro Golombiewzki Teixeira - representante do MDIC - (Titular);
Carlos Henrique Brito Cruz - representante da comunidade científica (Titular);
Erney P. Camargo - representante do CNPq (Titular);
Luiz Carlos Barbosa - representante do SEBRAE - (Titular);
Odilon Antônio Marcuzzo do Canto - representante da FINEP - (Titular);
Rodrigo Rocha da Costa Loures - representante do setor industrial.

Convidados:

Aldo Pinheiro da Fonseca - Coordenador da ASCOF
Antônio Carlos Galvão – Diretor do CGEE
Cristina Valente - FINEP (Secretária Técnica)
Elianne Prescott - ASCOF/MCT (Secretária Técnica)
Gina Paladino – Assessora da FIEP/PR
Joselice A. Cerqueira – ASCOF/RJ - MCT
Conceição Vedovello – Assessora da Presidência da FINEP
Reinaldo Ferraz - SETEC/MCTLea Contier Freitas – MCT/SETEC

3. Abertura

O Sr. Luis Fernandes deu início à reunião dando boas vindas ao Sr. José Ricardo Roriz Coelho, novo integrante do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, na qualidade de representante do setor empresarial, e relatou as justificativas apresentadas pelos titulares ausentes. Dando início aos trabalhos, propôs a inversão dos itens da pauta, de forma a iniciar os trabalhos a partir da apresentação do Sr. Antonio Carlos Galvão, Diretor do CGEE, dos resultados da avaliação realizada pelo CGEE sobre a participação de empresas em projetos financiados pelo Fundo Verde-Amarelo.

4. Apresentação dos resultados da avaliação realizada pelo CGEE sobre a participação de empresas em projetos financiados pelo Fundo Verde-Amarelo

O Sr. Galvão iniciou sua apresentação informando que a avaliação foi realizada em 2 fases, no período entre 1999 e 2005, e que teve por base os dados disponíveis no sistema Prossiga, do IBICT. Informou que do total de recursos aplicados por todos os fundos setoriais em projetos no período, da ordem de R\$ 2,489 bilhões, o estudo cobriu uma amostra de R\$ 1,5 bilhão, perfazendo 65% do total aplicado. Especificamente com relação ao Fundo Verde-Amarelo, informou que a amostra analisada ficou restrita às ações classificadas como verticais e que representava uma execução orçamentária de R\$ 245 milhões, cerca de 64% do total efetivamente aplicado nessas ações, no período, da ordem de R\$ 381 milhões. Ressaltou que, além das ações verticais específicas do CT-FVA, o estudo identificou que cerca de 50% a 60% das ações transversais financiadas com recursos dos fundos no período - da ordem de R\$ 447 milhões -, foram direcionadas ao Fundo Verde Amarelo, de forma que cerca de 50% dos recursos investidos em ações transversais foram cobertos pelo CT-FVA. Além disso, destacou que o estudo não pode cobrir uma dimensão importante do Fundo Verde-Amarelo, uma vez que a base Prossiga não contemplava os dados relativos aos instrumentos específicos do Fundo, que perfazem uma série de acordos clássicos do setor produtivo industrial, como PDTI e PDTA, a linha Equalização, entre outros, estimados entre R\$ 200 e R\$ 250 milhões, no período 2001-2005. Apresentou os seguintes quadros (Tabela 1 a 3) com os dados sobre a avaliação:

Tabela 1 - Fundo Verde-Amarelo – Ações Verticais por áreas temáticas¹

Área Temática	Projetos	Recursos	% do total
1. Capacitação de Recursos Humanos	2	1.653.900,20	0,67
2. Tecnologias de gestão e comercialização	18	8.146.525,96	3,31
3. Propriedade Intelectual	0	0,00	0
4. Tecnologia Industrial Básica e Serviços Tecnológicos	119	85.916.855,78	34,94
5. Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação	9	7.003.199,00	2,85
6. Estudos (análises prospectivas, avaliação, etc.)	21	8.269.085,69	3,36
7. Eventos	25	2.217.083	0,90
8. Projetos mobilizadores pré-competitivos (Ips/empresas)	107	18.241.722,43	7,42
9. Projetos cooperativos para inovação em setores estratégicos para a competitividade empresarial ou relevantes para o desenvolvimento nacional.	108	65.278.880,89	26,55
10. Formação de Redes de Pesquisa	2	1.011.691,19	0,41
11. Inovação e disseminação da cultura exportadora nas micro, pequenas e médias empresas	2	2.069.741,70	0,84
12. Cooperação internacional em pesquisa e inovação	0	0,00	0,00
13. Disseminação de cultura empreendedora no país	1	996.755,76	0,41
14. Empresas de base tecnológica, incubadoras e parques tecnológicos	22	13.752.137,60	5,59
15. Mercado de capital de risco e incentivo ao investimento privado em empresas de tecnologia	0	0,00	0,00
16. Arranjos Produtivos Locais (pólos industriais ou tecnológicos, "clusters" ou sistemas locais de inovação) e cadeias produtivas regionais	41	26.425.803,06	10,75
n.a.	11	4.913.667,00	2,00
Total	488	245.897.049,43	100,00

(1) Os temas 04, 09 e 16 perfazem 70% dos recursos alocados pelo CT-FVA. Foram analisados apenas os projetos onde a intervenção direta de produtoras de bens de serviços ou de associações empresariais estivesse estipulada objetivamente na base de dados.

Tabela 2 – Fundo Verde-Amarelo – Ações Verticais - Participação de empresas em projetos e recursos concedidos(2001- 2005)

Fundo	# Projetos analisados	# projetos com empresas	% projetos com empresas	Recursos dos projetos com empresas	% Recursos dos Totais
CT-FVA	154	58	37,66	37.457.575,58	22,3
N.d.	1	0	0	0,00	0
Total dos fundos	529	245	46,31	114.762.474,90	25,66

Tabela 3 – Fundo Verde-Amarelo – Ações Transversais - Participação de empresas em projetos e recursos concedidos (2001- 2005)

Fundo	# Projetos analisados	# projetos com empresas	% projetos com empresas	Recursos dos projetos com empresas	% Recursos dos Totais
CT-FVA verticais	488	159	32,58	44.714.150,96	18,16
Transversais	529	245	46,31	114.762.474,92	25,66
Total geral	2.246	834	37,13	348.930.228,68	22,74

Em seguida, o Sr. Galvão destacou que os critérios utilizados para avaliar a participação empresarial foram muito 'estritos' e que o número inicial de projetos avaliados foi muito pequeno, dado que apenas foram consideradas as empresas produtoras de bens e serviços ou associações de empresas, não incluindo outros tipos de empresas dedicadas à P&D, como EMBRAPA, que no estudo foi equiparada a uma instituição de C&T (ICT), e outras de apoio à indústria. Com relação aos resultados, destacou que foi observada uma baixa participação de empresas, levando à conclusão de que as ações do CT-FVA não atenderam largamente aos interesses da comunidade empresarial; uma das finalidades previstas nos eixos temáticos do Fundo Verde-Amarelo. Concluindo sua apresentação, sugeriu, como uma diretriz para todos os fundos, que se busque aprimorar a capacidade de explicitar a interveniência de empresas nos projetos, de maneira a orientar futuras análises com a mesma finalidade, ou seja, a de avaliar a participação de empresas em projetos financiados pelos fundos setoriais.

4.1. Discussões:

O Sr. Luiz Fernandes esclareceu que a inclusão dessa apresentação na pauta da 20ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor se deveu ao impacto gerado pelos dados apresentados pelo CGEE no Seminário de Avaliação dos Fundos Setoriais ocorrido em novembro de 2006, onde foi informado que a participação de empresas nas ações apoiadas pelo Fundo Verde-Amarelo era da ordem de 20%. Também, ressaltou que o fato das ações de apoio à infra-estrutura para as empresas não possam ser vinculadas a uma empresa específica, não puderam ser computadas como investimentos realizados com foco nas empresas, como o são efetivamente aquelas realizadas em Tecnologia Industrial Básica/TIB, em Arranjos Produtivos Locais/APL e mesmo aquelas típicas de infra-estrutura básica para as empresas. Para facilitar a gestão do fundo, propôs que as agências incluam entre os objetivos dos projetos, informações que possibilitem identificar, exatamente, a clientela alvo. Nesse sentido, solicitou às agências que elaborem relatórios sistemáticos que incorporem tais dimensões, com vistas a instruir deliberações futuras do Comitê Gestor em relação ao nível de apoio a ser concedido à infra-estrutura para as empresas.

Com relação aos resultados apresentados pelo CGEE, a Sra. Gina Paladino registrou que uma avaliação geral da participação empresarial no CT-FVA deveria considerar todos os instrumentos operados com recursos do CT-FVA. Também, questionou se no processo de identificação das empresas intervenientes foi incluída alguma análise do perfil das empresas envolvidas nos projetos. Sobre essa questão, o Sr. Galvão respondeu que o estudo ficou restrito à análise de aderência.

O Sr. Roriz Coelho sugeriu que as agências incluam informações mais substantivas nos apoios concedidos à eventos e assemelhados relacionados com P,D&I de maneira a permitir dimensionar o universo de empresas atendidas por meio dos serviços disponibilizados, a abrangência desses eventos, o tipo de assistência prestada às empresas e a sua localização geográfica. Ressaltou que além de uma base de dados de projetos, é importante que se construa uma base de dados com os resultados dos projetos financiados; aspecto principal a ser observado na construção metodológica da avaliação dos fundos setoriais no horizonte de curto e médio prazo.

Sobre essa proposta, o Sr. Luis Fernandes esclareceu que está previsto um processo de discussão no âmbito dos comitês gestores de cada fundo setorial, no sentido de identificar os principais indicadores e as tecnologias que têm maior peso nos setores específicos, do ponto de vista industrial, de forma a orientar a avaliação e permitir medir o impacto econômico dos financiamentos realizados.

Para a construção dessa nova base, foi sugerido pelo Comitê que seja incorporada a dimensão regional de maneira a facilitar sua contabilização. Também, ficou decidido que o processo de avaliação deverá ser contínuo e que seria importante que Comitê interaja com os executores da avaliação, de modo a contribuir para o processo. Ficou acertado que o processo de avaliação do fundos será reiniciado no início de 2007.

5. Informações básicas sobre a execução de 2006

5.1. Finep

A representante da FINEP, Sra. Cristina Valente, fez uma exposição sucinta sobre a situação orçamentária e financeira do Fundo Verde-Amarelo em 2006, uma vez que a execução ainda encontra-se em andamento. Dos projetos em contratação, 11 estão sendo financiados com recursos do CT-FVA. Já foram contratados 6 que envolvem recursos da ordem de R\$ 4,8 milhões. Também, informou que há um conjunto grande projetos em fase de contratação que envolvem cerca de R\$ 30 milhões do orçamento do CT-FVA para 2006.

5.2. CNPq

O representante do CNPq, Sr. Drugowich, fez uma breve apresentação sobre a execução das ações transversais que contaram com recursos do Fundo Verde-Amarelo em 2006. Informou que no edital RHAE para microempresas incubadas foram disponibilizados R\$ 54 milhões e que a demanda foi da ordem de R\$ 30 milhões.

6. Subvenção

Conforme previsto na pauta, o Sr. Aragão, Diretor da FINEP, fez uma breve exposição sobre o resultado das ações de subvenção econômica implementadas pela Finep em 2006. Esclareceu que a concessão de subvenção, em conformidade com que estabelece a Lei da Inovação, exigiu a publicação de duas portarias interministeriais: uma envolvendo o MCT e o MDIC, que definiu as prioridades, as quais estiveram fundamentadas nas orientações expressas na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior/PITCE, e uma outra envolvendo o MCT, MDIC e MF, que definiu o montante a ser disponibilizado nos editais em 2006. Informou que para 2006, o volume de recursos disponível para a subvenção econômica é de R\$ 209 milhões, dos quais 20% deverão ser aplicados em 2007 e 40% destinados a micro e pequena empresa. Por fim, destacou que, por força de lei, anualmente deverá ser editada portaria destinando recursos para subvenção econômica. Apresentou os seguintes dados sobre os editais lançados em 2006:

6.1. Chamada Subvenção à Inovação

1. Total de recursos 2006/2007/2008: R\$ 300 milhões (distribuídos conforme a demanda de cada setor)
2. Projetos de no mínimo R\$ 300 mil
3. Empresas de qualquer porte
4. Contrapartidas diferenciadas por porte de empresas e por localização geográfica das mesmas;
5. Demanda bruta: 1.097 propostas (demanda bruta) assim distribuídas:

Tabela 4 –Distribuição Regional da demanda bruta apresentada ao edital Subvenção Econômica 2006

Região	%
Sudeste	62%
Sul	22%
Nordeste	9%
Centro-Oeste	4%
Norte	3%

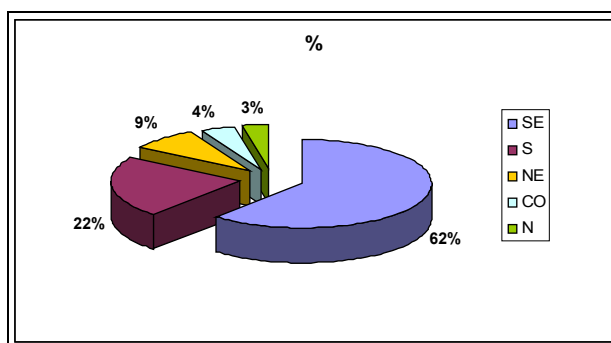


Tabela 5 – Distribuição temática da demanda bruta apresentada ao edital Subvenção Econômica 2006

Temas	#	%	Recursos (em R\$ milhões)	%
TV Digital	119	10,85%	216,6	11,42%
Aplicações mobilizadoras	473	43,12%	593,5	31,28%
Fármacos e Medicamentos	42	3,83%	115,9	6,11%
Bens de capital	68	6,20%	102,2	5,39%
Aeroespacial	47	4,28%	396,9	20,92%
Nanotecnologia	38	3,46%	42,6	2,25%
Biotecnologia	58	5,29%	125,3	6,60%
Biomassa/Energias alternativas	37	3,37%	54,2	2,86%
Temas gerais	215	19,60%	250,2	13,19%
Total	1.097	100%	1.897,4	100%

6.2. Chamada PAPPE Subvenção

1. Chamada em duas etapas: carta de manifestação de interesse e apresentação da proposta
2. Parceiros: promoção da integração de agentes de crédito e de fomento à C,T&I para assegurar capilaridade e atendimento às MPE em todo o território nacional
3. Total de recursos disponibilizados para o período 2006 a 2008: R\$ 150 milhões

O Sr. Aragão apresentou a relação das 47 instituições que se candidataram ao edital PAPPE subvenção; chamada essa que ainda está em fase de conclusão. Informou que foram feitos esforços pela Finep para que os Estados apresentassem suas propostas após um processo de consolidação interno.

Subvenção a pesquisador na empresa

1. Carta-convite em duas etapas: i) Manifestação de interesse de obtenção de subvenção econômica do valor da remuneração de pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, empregados em atividades de inovação tecnológica em empresas; ii) Apresentação de plano empresarial / projeto que demonstre o envolvimento de novos pesquisadores, titulados como mestres ou doutores.
2. Critérios para aplicação dos recursos: 60% nas regiões da ADENE e ADA e 40% nas demais regiões. Prazo: até 3 (três) anos (improrrogáveis)
3. O valor mensal da subvenção econômica ficará limitado ao teto de: i) para doutores: R\$ 7 mil; ii) mestres: R\$ 5 mil.

6.3. Discussões:

Após a apresentação do Sr. Aragão, o Sr. Luis Fernandes esclareceu que a inviabilidade da execução imediata da modalidade PAPPE subvenção se deve ao fato das mudanças ocorridas nos Governos Estaduais. A título de esclarecimento, o Sr. Aragão informou que as definições necessárias à operacionalização da subvenção só foi possível no final do ano, de maneira que o prazo para submissão de propostas ao edital foi muito curto, embora tenha-se observado uma demanda expressiva. Ainda, registrou que a Finep trabalha com uma expectativa de que a demanda venha a aumentar no futuro, bem como espera que a qualidade das propostas aumente à medida que o instrumento da subvenção se consolide. Também, esclareceu que o interesse da FINEP em solicitar a unificação de propostas no âmbito de cada UF/unidade da federação, deve-se à expectativa de que os proponentes se organizem para permitir uma contrapartida mais elevada. Ainda, informou que essa decisão foi tomada pela FINEP como reflexo da política definida nos foros apropriados. Questionado pelo Sr. João Furtado sobre o processo a ser adotado pela Finep nos casos em houver propostas de natureza distintas, o Sr. Aragão informou que a agência estuda o lançamento de edital específico para atender a exatamente tais demandas. Com relação a esse instrumento, a ser implementado em 2007, o Luis Fernandes solicitou que os membros do comitê encaminhem sugestões à agência para subsidiar a sua formulação. Propôs, ainda, que essa discussão seja retomada na próxima reunião do Comitê. Concluindo a discussão, o Sr. Luis Fernandes informou que a Finep irá consolidar todas as informações relativas aos editais da subvenção e encaminhará o balanço final ao Comitê no início de 2007.

7. Apresentação do relatório técnico sobre o projeto de acompanhamento dos Parques Tecnológicos financiados pela FINEP com recursos do CT-FVA

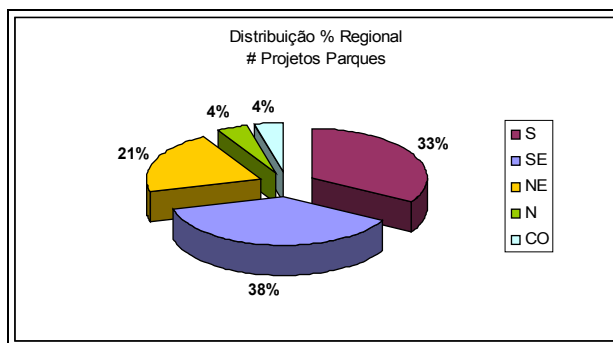
A Sra. Conceição Vedovello, técnica da FINEP, fez uma breve exposição sobre os resultados da avaliação realizada pela Finep, com apoio de consultores, sobre os projetos financiados pela agência que visam ao apoio e a implantação de parques tecnológicos no País, e que teve por finalidade i) contribuir para o processo de decisão em relação ao apoio aos parques tecnológicos, com vistas a garantir a sustentabilidade dessas experiências e ii) permitir o aperfeiçoamento das políticas públicas dirigidas a este segmento.

Sua exposição pode ser resumida da seguinte forma:

1) Carteira atual da FINEP - 24 projetos de parques

Tabela 6 – Projetos em carteira - Finep

Região	# Projetos
Sul	8
Sudeste	9
Nordeste	5
Norte	1
Centro-Oeste	1
Total	24



2) Foco da análise:

- Análise qualitativa (e quantitativa, quando possível) dos resultados dos 11 projetos de Parques Tecnológicos apoiados através do Edital de 2002;
- Identificação de recomendações que possam orientar decisões sobre os projetos contratados em 2002 e os recém-contratados do edital de 2004;
- Fornecer subsídios às decisões do Governo para fomentos futuros.

3) Principais Resultados – Considerações gerais

- Inexistência de um conceito de parque tecnológico de aplicação ampla e universal;
- os principais stakeholders e os objetivos permanecem inalterados ao longo do tempo (contextos mundial e brasileiro);
- o movimento de parques tecnológicos é ainda jovem no contexto brasileiro;
- inexistência de um modelo brasileiro de parque tecnológico: as experiências analisadas – algumas bastante ambiciosas – diferem uma das outras, assumindo as mais diferentes “matizes e colorações”;
- as experiências analisadas ainda se encontram em fase inicial de desenvolvimento, por vezes incipiente;
- os objetivos e a identificação de prioridades dos parques / projetos se mostram, muitas vezes, descolados da realidade local e da capacidade dos parques, como instrumento de política pública, em responder e viabilizar a sua consecução.

4) Reflexões contemporâneas sobre parques tecnológicos:

- Ausência de indicadores de desempenho que validem os impactos da implementação de parques;
- Aporte de recursos financeiros consideráveis;
- Projetos de parques com grande dependência do aporte de recursos públicos;
- Todas as experiências, independentemente da localização e do nível de desenvolvimento alcançado, são alvo de uso político excessivo – o que pode comprometer as possibilidades de sucesso das iniciativas;

- Grande expectativa de que os parques atinjam auto-sustentabilidade (em todas as localizações);
- Necessidade de utilizar os recursos públicos de forma mais adequada para ser instrumento efetivo de política pública.

5) Recomendações:

- Os parques tecnológicos, pela relevância no contexto do sistema de inovação, devem ser contemplados com uma política pública específica, que oriente o aporte de recursos públicos para o seu desenvolvimento;
- Os recursos públicos deveriam ser entendidos como indutores de projetos, nunca como os principais *stakeholders* financeiros;
- Os recursos públicos do MCT deveriam contemplar aspectos dos projetos de parques alinhados à missão do próprio Ministério, evitando a utilização desses recursos na perspectiva imobiliária, de valorização de terrenos;
- As políticas públicas para o setor deveria premiar pré-requisitos essenciais ao desenvolvimento dos projetos de forma mais realista (ex. definição criteriosa do que se entende por parque, identificando as condições necessárias e de contorno que sustentam essas iniciativas). Essa conclusão está baseada na premissa de que uma maior precisão sobre os conceitos permitirá diferenciar iniciativas de configurações semelhantes. Além disso, é importante que se promova a aderência dessas iniciativas aos elementos constituintes da própria política de parques;
- Os procedimentos de acompanhamento e avaliação de projetos de parques deveriam ser desenhados de forma isenta e independente, e implantados com urgência;
- Considerando-se a carteira da FINEP (24 projetos distribuídos em todo o território nacional), uma futura alocação de recursos públicos deveria contemplar a carteira já existente. Nesse caso, recomenda-se utilizar mecanismos de concorrência pública, com as propostas sendo analisadas e avaliadas presencialmente, com a participação ativa de uma banca julgadora constituída por especialistas e consultores *ad hoc* com experiência nos diversos segmentos que compõem o “negócio de parques tecnológicos” (incluindo empresários e investidores);
- As liberações de recursos públicos deveriam estar condicionadas à apresentação, *pari passo*, de contrapartidas dos outros *stakeholders* que participam das iniciativas (não somente os estaduais e municipais, mas, principalmente, os recursos privados, a partir de parcerias público-privadas). Considerando-se os recursos públicos como indutores dos projetos, sua liberação deveria estar condicionada à liberação dos aportes de contrapartida;
- No caso de novas propostas, aqueles que venham a apresentar problemas relacionados à situação fundiária não deveriam ser aprovadas. Esta questão deveria ser rigorosamente analisada e consubstanciada por documentação legal quando da submissão das propostas;
- As instituições de fomento (MCT e suas agências) não devem ter representantes nos conselhos de parques tecnológicos por razões de conflito de interesse
- Realizar acompanhamento dos parques tecnológicos privados (que não contam com apoio público) nos moldes desse levado a cabo pela Finep;
- Realizar acompanhamento e avaliação dos parques tecnológicos a partir da análise do desempenho das empresas neles localizadas;
- Aprofundar as questões afetas ao financiamento das iniciativas, em particular buscando novas possibilidades de uso das parcerias público-privadas, que possam ser utilizadas em modelos de parques públicos; e
- Aprofundar as questões afetas ao desenvolvimento urbano e regional, observando o possível papel desempenhado por parques tecnológicos nesses contextos.

8. Apresentação dos resultados da PINTEC 2005

Conforme apresentado pela Sra. Cristina Valente, técnica da FINEP, a PINTEC é a terceira pesquisa sobre a inovação tecnológica na indústria brasileira efetuada pelo IBGE, com o apoio da FINEP e do MCT. Esclareceu que na PINTEC foi considerado como Inovação Tecnológica a introdução no mercado de um produto tecnologicamente novo ou substancialmente aprimorado, ou mesmo a introdução na empresa de um processo produtivo tecnologicamente novo ou substancialmente aprimorado. Informou que a partir de

2005, a PINTEC tornou-se bienal e teve seu universo de investigação ampliado, de forma a contemplar tanto as empresas industriais, como também aquelas de serviços de alta intensidade tecnológica, como telecomunicações, informática e pesquisa e desenvolvimento. Também, informou que nessa versão foi aperfeiçoado o capítulo relativo ao “Apoio do Governo à inovação nas empresas”. Esclareceu que a PINTEC 2005 abrangeu, aproximadamente, 101 mil empresas e que se encontra em andamento – novo censo – uma nova coleta de dados, por meio de entrevistas presenciais e por telefone (*Computer Assisted Telephone Interview – CATI*), onde será trabalhada uma amostra retirada de 14 mil empresas (colocando-se 10% para uma eventual perda).

Tabela 7 – Universo abordado no âmbito das Pesquisas da PINTEC – por ano e setores de atividade

Ramo de atividade	Universo		
	2005	2003	2000
Indústria	96.317	84.262	72.005
Telecomunicações	428		
Informática	3.823		
Pesquisa e Desenvolvimento	89		
Total	100.657	84.262	72.005

Situação atual da PINTEC - início da coleta: julho/2006

- Cerca de 11.500 questionários concluídos;
- Cerca de 1.500 questionários a serem finalizados até fevereiro/2007;
- Previsão de divulgação dos setores: i) Indústria e P&D: início de julho de 2007; ii) Telecomunicações, Informática, Regionalizados: outubro e novembro de 2007.

Concluiu sua apresentação destacando entre os desafios que se colocam para o futuro, a necessidade de se manter a periodicidade do levantamento bienal; de se estender a investigação para outros ramos de atividade econômica e de se agilizar os processos de captura, crítica e divulgação dos dados, sem comprometer a qualidade da pesquisa. Por fim, sugeriu que no início de 2007, tão logo esteja concluída a pesquisa no setor industrial, que os resultados auferidos sejam apresentados ao Comitê Gestor do CT-FVA.

O Sr. Luis Fernandes destacou a importância da utilização dos resultados da PINTEC como instrumento de avaliação dos mecanismos instituídos para apoiar a inovação na empresa.

9. Outros assuntos:

A discussão dos demais temas foi adiada para a próxima reunião do Comitê, programada para o dia 23 de janeiro de 2007.